

CNBB defende a Assembleia Constituinte mas

não cita prazo

Da Sucursal de Brasília



A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil envia hoje ao presidente eleito Tancredo Neves cópia da nota oficial em que firma posição em favor da convocação da Assembleia Constituinte. A entidade impõe como uma das exigências para a Constituinte que sejam

ouvidos, ao lado dos partidos políticos os outros segmentos organizados da sociedade: os sindicatos, as universidades, as associações de bairros e vizinhança e as comunidades intermédias. O documento, no entanto, não esclarece o prazo que a Igreja deseja para a implantação da instituição política transitória que procederá à elaboração da Carta Magna necessária ao reordenamento político, econômico e social do País.

A opinião da Igreja não é impositiva, mas tem o sentido de expressar uma exigência da sociedade na formulação dos rumos da "Nova República". Visando a contribuir na condução dos debates, que devem desaguar no auditório da Constituinte, o documento convoca os seus próprios quadros a ingressarem numa discussão aberta com as comunidades e laicato católico para, da "variedade de experiências e expectativas das organizações", extrair o documento básico que refletirá a opinião acabada da Igreja sobre os problemas básicos que devem margear as discussões para a feitura da nova Constituição.

Dom Benedito Uchôa Vieira, arcebispo de Uberaba e presidente em exercício da CNBB, disse que o desejo da sociedade é que "a nova Constituição não seja fruto de gabinetes e peritos, mas expressão da vontade popular que tem seus anseios bem claros". Deixou claro que, além da idéia central — a Constituinte com representatividade nacional —, o documento não entrou em detalhamento técnico de várias propostas, como o voto ao analfabeto e novo arcabouço jurídico.

"O pacto de elites pode ser corrigido com participação", enfatizou dom Benedito, acrescentando "que estamos numa fase de crescimento" das pressões das comunidades por uma intersecção nos debates para buscar o consenso nos caminhos do que deve ser a "Nova República".

A "Nova República", segundo definição de dom Benedito, "está em gestação" e a Constituinte será a parteira. Ele espera, porém, que o parto não requeira "uma cesariana e não haja necessidade de sangue".

"Hoje, o que se pede é que não falte a voz dos marginalizados"

É a seguinte a íntegra da nota da presidência da CNBB sobre a Constituinte:

FOLHA DE SÃO PAULO

10 FEV 1985

ANC 88
Pasta 82/85
050/1984

"A Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, após ouvir a voz de leigos especializados, reunidos em comissão, associa-se ao júbilo da sociedade brasileira pelo importante passo, ocorrido a 15 de janeiro último, neste longo e nem sempre fácil caminho da restauração democrática.

"Convergir, para a ampla conquista do Estado de Direito que ora presenciemos, as forças políticas e a presença do povo — presença inédita, pacífica e resolvida. Mas, esta foi apenas a primeira etapa de reconciliação entre os anseios da sociedade civil e da ordem pública e social. A esperança nacional agora se volta para uma Assembleia Constituinte, cuja convocação deve responder à exigência essencial de participação popular. Necessária se faz uma nova Constituição, mas na proporção real do futuro do povo brasileiro. É o que pedem as lideranças e o que se desprende das aspirações mortificadas no silêncio, agora ressurgidas na mobilização dos últimos meses.

"Entendeu-o profundamente o Sr. Presidente eleito, ao insistir sobre a envergadura de que se deverá revestir o debate da nova Carta Magna, dentro de prazos que permitam ampla e exaustiva consulta a todos os segmentos da coletividade. Neste debate há de se fazer ouvir as novas vozes do Brasil, que cresceu em duas décadas entre mudanças e contradições. A Nova República será, assim, a expressão não só da vontade dos partidos, mas também da consciência cívica, que foi às ruas, cujo capital político precisa ser colhido, valorizado e incorporado. O êxito total da esperada cobertura depende do atendimento deste clamor na convocatória à Constituinte.

"O Brasil há de reconhecer-se nesta Grande Assembleia, de fazer-se ouvir ao lado dos partidos, pelos Sindicatos, pelas Universidades, pelas Associações de bairros e de vizinhança, pelas Comunidades intermédias, movidas pela vivência da fé cristã.

"Estas vozes não podem faltar a uma sociedade que caminhou, muitas vezes sem ter o direito de exprimir-se nos legislativos tradicionais, por força do longo sufocamento das instituições políticas, que experimentou no passado imediato.

"Na tradição constitucional, não se esquecendo inclusive da de 1934, houve o intento de garantir a diferença de anseios, exigida por uma autêntica e fundamental reordenação da vida pública. Há meio século atrás, este complemento à manifestação dos partidos vinha marcado de perigoso entendimento corporativo, que poderia comprometer a própria força do princípio de representação. Hoje, ao contrário, o que se pede à construção do legítimo pluralismo, é que não falte à Constituinte a voz dos segmentos marginalizados, da juventude questionadora sem respostas, dos trabalhadores conscientes de sua imprescindível colaboração para a riqueza da Nação. Todas elas são forças atuantes, despertas, que não se reconhecem ainda nas camadas altas dos partidos políticos.

"Ao esforçar-se por responder a tantas esperanças, a convocação para a elaboração da Lei Magna não pode prescindir de toda esta riqueza de pessoas, de grupos, de tendências. Possivelmente, comissões integradas no próprio trabalho constituinte serão a forma concreta desta necessária participação.

"A Igreja não cabe intervir no âmbito técnico ou especificamente político da iniciativa, que é campo de ação dos nossos homens públicos. Aos Pastores incumbe reiterar, como testemunhas e agentes da nossa promoção social, o quanto a garantia do princípio de ampla participação é instrumento eficaz para assentar decisivamente as instituições que o nosso tempo pede.

"Desejando contribuir para a verdade do momento constituinte, a Presidência da CNBB pretende sugerir à Igreja do Brasil que, desde agora, se volte para o trabalho de ampla consulta aos seus próprios quadros: colher o que esperam da nova Constituinte os grupos de Igreja e as nossas comunidades, os planos de ação do laicato católico, a variedade de experiências e expectativas das organizações regionais. Neste empenho põe-se a Presidência da CNBB a serviço da Grande Assembleia, a que será convocada o País; pede a garantia de que nela possa florescer o que exige uma Constituição aberta à esperança sofrida e ao sacrifício da Nação inteira; e espera para o Brasil dias melhores com estabilidade constitucional e sadio clima de verdadeira democracia".